

# Formação socioeconômica de Blumenau: uma análise sob múltiplas escalas

*Vanessa Follmann Jurgenfeld*

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Recebido: 25/05/2017 Versão revisada (entregue): 16/03/2018 Aprovado: 27/03/2018

## Resumo

O objetivo deste artigo é, a partir de uma análise sob múltiplas escalas, discutir a formação socioeconômica de Blumenau. No marco teórico das múltiplas escalas, uma realidade social é estudada a partir de diferentes determinantes históricos, percorrendo desde a escala global até a escala local, evitando pesos excessivos a uma endogenia local, muito presente em análises regionais neoclássicas. Trata-se aqui de entender a formação socioeconômica de Blumenau não somente a partir do que ocorre no restrito espaço de Blumenau, mas também nas suas relações com o Estado de Santa Catarina, com o Brasil, com a Alemanha e com o capitalismo global. O período histórico compreendido por este artigo vai de 1850, quando se inicia a colonização de Blumenau, até 1945, quando há uma consolidação do setor industrial na localidade.

**Palavras-chave** | Blumenau; formação socioeconômica; múltiplas escalas.

**Código JEL** | L22; N66; R12.

## SOCIOECONOMIC FORMATION IN BLUMENAU: AN ANALYSIS ON MULTIPLE SCALES

### Abstract

The objective of this article is, by a multiple scales analysis, to discuss the socioeconomic formation in Blumenau. Through this theoretical framework, a social reality has different historical determinants, ranging from global to local scale. It avoids excessive weights to endogenous elements of the local, very common in neoclassical reviews. In this article the comprehension of social and economic formation in Blumenau was made by studying the most important transformations, not only in the restrict space of this municipality, but also searching through its relations with Santa Catarina, Brazil, Germany and global capitalism. The historical period of this article is from 1850, when the colonization of Blumenau began, to 1945, when there were a consolidation of the industrial sector in the locality.

**Keywords** | Blumenau; socioeconomic formation; multiple scales.

**JEL-Code** | L22; N66; R12.

## FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE BLUMENAU: UN ANÁLISIS BAJO MÚLTIPLES ESCALAS

### Resumen

El objetivo de este artículo es, a partir de una evaluación en múltiples escalas, comprender la formación socioeconómica de Blumenau. En el marco teórico de las múltiples escalas, una realidad social es estudiada a partir de sus diferentes determinantes históricos, recorriendo desde una escala global a una escala local, evitando pesos excesivos a factores endógenos locales, muy presentes en análisis regionales neoclásicas. Se trata aquí de entender la formación socioeconómica de Blumenau no sólo a partir de lo que ocurre en el restringido espacio de Blumenau, sino también en sus relaciones con el estado de Santa Catarina, con Brasil, con Alemania y con el capitalismo global. El período histórico comprendido por este artículo va desde 1850, cuando se inicia la colonización de Blumenau, hasta 1945, cuando se consolida el sector industrial en la localidad.

**Palabras-clave** | Blumenau; formación socioeconómica; múltiples escalas.

**Código JEL** | L22; N66; R12.

### Introdução

O estudo do desenvolvimento regional teve, desde meados dos anos 1950, quando foi criada a *Regional Science*<sup>1</sup>, forte predomínio das interpretações neoclássicas, que utilizariam prioritariamente a ideia de alocação ótima de recursos como base para as suas propostas de desenvolvimento econômico. Os neoclássicos, desde então, partiriam da ideia de um espaço reflexo, aquele que seria um mero receptáculo dos desdobramentos socioeconômicos, elaborando uma teoria estática do espaço, que, por sua vez, seria entendido como homogêneo, com contiguidade, basicamente um plano geométrico, onde haveria aglomerações humanas e certas atividades econômicas. Tratava-se de um espaço com cara da firma da teoria neoclássica, como se este pudesse tomar decisões autônomas em busca da maior eficiência possível e isso resolvesse os problemas regionais (SMOLKA, 1984)<sup>2</sup>.

Em oposição a isso, o objetivo deste artigo é, justamente, discutir a realidade econômica e social de Blumenau desde sua formação até o fim da Segunda Guerra Mundial a partir de uma análise sob múltiplas escalas, debatendo os diversos

---

<sup>1</sup> A *Regional Science Association* foi uma associação liderada por Walter Isard, que estruturou um grupo de pesquisadores de economia regional em 1954, principalmente neoclássicos, com uma visão quantitativa sobre o assunto. Sobre as origens da ciência regional, recomenda-se: Benko (1999).

<sup>2</sup> Sobre os limites das teorias neoclássicas, ver também: Smolka (1983) e Brandão (2007), especialmente capítulos 1 e 2.

determinantes que atuaram para a configuração deste local nos seus diferentes momentos históricos (BRANDÃO, 2007). Esta interpretação tem como base uma economia política do desenvolvimento, de modo que importa para uma compreensão da realidade socioeconômica de uma região, a sua estrutura e a sua história e suas inter-relações com as transformações do capitalismo global e do Brasil. Ou seja, busca-se discutir o local de maneira mais ampla, não o esgotando em si mesmo, mas fazendo sempre sua relação com as escalas global e nacional.

Para cumprir com este objetivo, o artigo está dividido da seguinte forma: 1) As múltiplas escalas como marco teórico; 2) O contexto histórico de formação do território de Blumenau; 3) O início do processo de acumulação, de 1850 a 1880; 4) O desenvolvimento da acumulação, de 1880 a 1945.

### **O marco teórico das múltiplas escalas**

Diferentemente da análise regional feita pelo *mainstream*, ao utilizar-se das múltiplas escalas o pesquisador entenderá que “existem enquadramentos e hierarquias, e os microprocessos, as microdecisões dos atores empreendedores, não podem solapar os macroprocessos e as macrodecisões, como pensam e querem essas visões voluntaristas” (BRANDÃO, 2007, p. 30). Trata-se de uma análise mais complexa e completa sobre o local porque é necessário que este seja observado “a partir de uma visão de produção social do espaço, historicamente determinado, resultante dos conflitos e consensos que se estruturam em torno do ambiente construído” (BRANDÃO, 2007, p.31). Não se nega a hegemonia e o poder político. Neste sentido, a interpretação das múltiplas escalas busca

resgatar determinantes maiores da lógica capitalista de acumulação do capital para se entender que o sistema, recorrentemente, aperfeiçoa seus instrumentos de ação, mobiliza a diversidade social e material em seu favor, ou seja, em benefício da valorização autômata e compulsiva. Portanto, engendra processos multiescalares, o tempo todo, em cada um dos seus movimentos (BRANDÃO, 2007, p. 51).

Há hierarquizações, redes de poder e fluxos de mercadorias que mudam constantemente. Basicamente, é preciso ter em mente que “o movimento da acumulação de capital se processa, em sua expressão espacial, de forma mutável, parcial, diversa, irregular e com alta seletividade” (BRANDÃO, 2007, p. 52).

A busca do capital é e sempre foi por ampliar o valor e a busca do espaço para isso não é desintegrada dessa lógica. A análise, portanto, deve observar a região como espaço de reprodução social específico, que leva em conta sua inserção na divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da dimensão espacial do desenvolvimento, “posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas” (BRANDÃO, 2007, p.69). Suas qualidades enquanto categoria, ainda de acordo com Brandão (2007), são: revelar mediações e formas concretas em que se processa e se manifesta a reprodução social no espaço e expressar a constituição socioprodutiva e suas possibilidades, dada uma relação hierárquica superior.

Na análise proposta, o espaço nunca é homogêneo, como propunha a *Regional Science*. Apenas deve ser visto como homogêneo o movimento universalizante do capital, porque não há nivelamento de desigualdades no capitalismo. Trata-se de olhar a homogeneização apenas no sentido da lógica do capital. Ou seja, aquele

que arrebatava os espaços mais remotos a um único domínio [...]. Generalizando suas relações, procura impor e tornar comum a sua lógica, circulando seus valores, símbolos e informações supra-regionalmente, gestando em seu cosmopolitismo um espaço e um mercado uno. (BRANDÃO, 2007, p.72).

Na busca de valorização constantemente maior, o capital reproduz, na verdade, a segregação e acirra as desigualdades entre lugares e entre pessoas. As regiões serão integradas à lógica de acumulação, de modo que as economias da periferia serão “acionadas” pelas economias do centro, submetendo-se e enquadrando-se aos seus ditames.

Cano (2007) destaca que, dada essa situação, torna-se impossível nas regiões haver uma matriz produtiva densa e integrada ou, em outros termos, cadeia completa, tendo a região que se inserir de forma especializada e em elos específicos de uma cadeia de produção, que se encontra ou distribuída por todo o território doméstico, ou mais ainda, distribuída pelo mundo.

Assim, há quatro processos que devem ser observados dentro da análise de desenvolvimento de uma realidade histórico-concreta: 1) a homogeneização das condições reprodutivas do capital, no sentido de tornar os espaços uniformes a partir da sua lógica de valorização; 2) a integração de espaços territoriais econômicos, imposta também pela lógica do capital; 3) a polarização, que tem a ver com a hierarquização dos espaços, decorrente do desenvolvimento histórico do capitalismo de forma desigual e combinada; e 4) a hegemonia, pela qual se pode observar que as diferentes frações de capital se confrontam e, ao mesmo tempo, se acomodam para atender os seus interesses prioritariamente (BRANDÃO, 2007).

Ao se atentar para questões como essas, torna-se impossível uma teoria geral do desenvolvimento regional. “O grande desafio é reter as determinações gerais e procurar recorrentemente decifrar as situações reais” (BRANDÃO, 2007, p. 67).

A interpretação de uma região em múltiplas escalas, portanto, é uma contraposição à adoção de forma indiscriminada de teorias que proclamam que bastaria a um país ou a uma região seguir as “exigências” da globalização, adaptando-se a isso, que o local seria eleito um espaço receptivo dos agentes econômicos. De acordo com Brandão (2007), esses localismos colocariam em xeque a hierarquia de geração e apropriação de riquezas e estabeleceriam o fim das escalas intermediárias entre o local e o global, como é o caso da escala nacional.

Esse tipo de agenda, adotada muitas vezes por Estados, municípios e governo federal, banaliza as questões estruturais e históricas, dando ao local poder ilimitado, e ignorando a articulação de todas as escalas geográficas.

Essa endogenia exagerada das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado (BRANDÃO, 2007, p. 38).

As teorias que defendem um grande poder do local acreditam que é possível replicar em determinado espaço um modelo que foi vitorioso em outra região sem se importar com limites locais, apenas se atendo a redes que podem ser construídas, por exemplo, por formações de distritos industriais ou em inserções de um local em cadeias de produção global. Em teorias neoclássicas deste tipo, é como se o espaço local tivesse completa autonomia. Portanto, esse tipo de análise desconsidera certos determinantes externos ao local que limitam o seu desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

As teorias que exaltam o localismo não contemplam também a luta de classes sociais que compõe e forma determinado espaço. No máximo, alguns consideram a esfera regulacionista das instituições. É como se o local tivesse “condições de coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas, baseadas nas relações de reciprocidade entre os membros da comunidade local” (BRANDÃO, 2007, p. 46) E, então, o “sucesso” de determinado espaço teria a ver meramente com eficiência coletiva, vontades e fatores endógenos.

Partindo da interpretação sob múltiplas escalas, Blumenau deve ser entendido como um objeto que está sob condicionantes do movimento do capitalismo histórico e se inter-relacionando com esse processo, não podendo ter sua análise descolada disso. Isso vale não somente para o momento de impulso de sua criação, com os primeiros imigrantes alemães, mas ao longo de toda sua história. Além das considerações mais universalizantes do movimento do capitalismo, é interessante nos atermos à escala intermediária. Isto é, na prática, a formação de Blumenau deve ser analisada também em paralelo à realidade brasileira e catarinense.

## **A formação do território de Blumenau no contexto histórico do capitalismo monopolista**

O fim do século XIX marca o período em que há uma forte imigração de europeus para as Américas, incluindo o Brasil. É nesta época que há um avanço na industrialização de outros países europeus como a Alemanha, posteriormente às transformações da Grã-Bretanha. A Alemanha se torna uma economia tão industrializada quanto a britânica e até mesmo chega a ultrapassá-la a partir da Grande Depressão (1873-1896)<sup>3</sup>.

É neste fim de século que se intensifica a “partilha do mundo” entre as grandes potências, pela exportação de capitais (LENIN, 1916 [1985]). É este o período do capitalismo monopolista, organizado a partir dos cartéis alemães (HILFERDING, 1910 [1985]) e dos trustes norte-americanos (HOBSON, 1908 [1993]), que limitarão ainda mais o espaço das pequenas empresas e criarão um movimento de expulsão das pessoas que não passarem a trabalhar na grande indústria. Trata-se do período de formação do capitalismo financeiro, marcado pela associação nos países centrais do capital bancário com o capital industrial, de forma que essa fusão vai facilitar a expansão das grandes empresas para as demais áreas do globo posteriormente.

A grande empresa moderna norte-americana será um exemplo emblemático desta fase, porque passará neste momento a seguir padrões de produção contínua, iniciada em 1868 a partir do refino do petróleo (Standard Oil). Do petróleo, o modelo se espalhará para o refino de açúcar, óleo de sementes de algodão, fermentação de cerveja, destilação de uísque, álcool industrial, ácido sulfúrico e outros produtos químicos. Essas empresas virariam capital-intensivas, matérias-primas intensivas, energia-intensivas e administração-intensivas (TEIXEIRA, 1999).

Na Alemanha, de 1850 a 1873, haverá uma exacerbação do processo de industrialização. A partir de 1873 – ano da Grande Depressão – nota-se uma grande onda de constituição de cartéis, que vão do setor industrial ao setor bancário. O avanço do setor bancário, que foi criado em 1850, ganhará força com os famosos quatro bancos “D” – Deutsche Bank, Dresdner Bank, Discount Bank e Darmstadt Bank, que estarão na posição de alguns dos maiores do mundo. Esse setor bancário irá se associar ao setor industrial, formando o capital financeiro e ajudando na ampliação, fusão, exportação de produtos e de capitais para além da Alemanha (HENDERSON, 1975).

O período de 1867-1873 será importante também porque haverá a unificação alemã, a partir do Reich de Bismarck. Se antes a Alemanha tinha uma união alfandegária

---

<sup>3</sup> Ver: Hobsbawm (1977 [2009]) e Oliveira (2002).

nos marcos do *Zollverein* (1834)<sup>4</sup>, agora terá um só Estado, com outras regras compartilhadas e não só de comércio, como previsto na união aduaneira de 1834. A Alemanha se tornará uma gigante industrial entre 1873 e 1914, com grande poder concentrado no setor de carvão, aço, ferro, engenharia, elétrica/energia, química e farmacêutica, além dos têxteis e poder militar e na área de construção naval (KEMP, 1985; HENDERSON, 1975).

No Brasil, o período de 1850 será marcado, por sua vez, pelo início do ciclo do café, ainda uma economia primário-exportadora escravista, onde se fazia presente uma economia a partir da grande empresa colonial agromercantil que, em paralelo, possuía uma economia de subsistência que se formava no rastro dessa grande empresa (FURTADO, 1956).

Até 1850 a imigração de colonos brancos livres com destino a núcleos de colonização será pouco expressiva. Como era permitido o trabalho escravo, isso impedia “que se levasse muito a sério o projeto de povoamento e da transformação das características da cultura do solo” (SILVA, 2008, p. 142). Os próprios emigrantes da Europa temiam ir para um país em que predominava o trabalho escravo.

Como marcos importantes haverá neste período no Brasil a Lei de Terras em 1850 e a Abolição da Escravatura em 1888. Esses processos darão maiores condições para o desenvolvimento do capitalismo no país. No primeiro caso, haverá um “ordenamento” do processo de ocupação de terras, transformando a terra em mercadoria. A legislação daria confiança aos estrangeiros para títulos de propriedade no Brasil<sup>5</sup>. E, além disso, a terra passaria a substituir os escravos (em razão da Abolição) nas operações de crédito dos grandes fazendeiros no país.

---

<sup>4</sup> Sobre o *Zollverein*, deve ser destacado que ele significou o fim das barreiras tarifárias entre os diferentes Estados que compunham a Alemanha. Deve-se também ressaltar o protagonismo da Prússia, que era um dos maiores Estados da Alemanha e o mais importante em poder, já que seu domínio geográfico era muito grande, além de suas características naturais de amplas reservas minerais, que posteriormente a levou a abrigar um setor industrial poderoso. Houve alguns ensaios de união antes do *Zollverein*, como foi o caso de Bavária e Württemberg, Estados que chegaram a formar uma união de consumidores do sul da Alemanha em janeiro de 1828. O *Zollverein* não deve ser entendido como uma organização democrática. Os delegados dos Estados eram indicados por seus governos e votavam pelos seus governos, defendendo cada um seus interesses (HENDERSON, 1975).

<sup>5</sup> Silva (2008) explica que é preciso relativizar as interpretações que entendem que a Lei de Terras teria como objetivo principal impedir o acesso a terras por imigrantes. Na sua interpretação, a lei procurava, na verdade, “regulamentar o acesso à terra por parte dos nacionais e dos estrangeiros e pretendia estancar o processo de apossamento que vinha ocorrendo indiscriminadamente até então (efetuado quase que exclusivamente por nacionais). Mas, justamente porque um de seus objetivos era a atração de imigrantes (funcionar como chamariz), a lei previa a venda das terras devolutas em pequenos lotes acessíveis aos colonos detentores de um pequeno pecúlio” (SILVA, 2008, p. 150-151). Isso era importante para os colonos alemães até pela experiência que tiveram

Em Santa Catarina, os alemães começam a chegar, em pequena quantidade, a partir de 1820 para fundar as colônias de São Pedro de Alcântara e Mafra, em 1849. Depois, esse movimento de imigração cresce e são fundadas Dona Francisca (atual cidade de Joinville); Blumenau, em 1850, e Brusque, em 1860. Em 1899, nasce São Bento do Sul (THEIS, 2000).

O perfil do imigrante alemão naquele momento era, majoritariamente, composto por filhos de camponeses, provenientes de minifúndios, cujas propriedades não eram mais rentáveis. Além destes, era comum a imigração de artesãos, que não encontravam ocupação na Alemanha. Com o desenvolvimento da grande indústria na Alemanha, no último quartel do século XIX, também outro tipo de imigrante começa a chegar a Santa Catarina e é mais este perfil que ocupará Blumenau, entre 1870 e 1890. Sobre estes, pode-se dizer que eram trabalhadores e artesãos da indústria doméstica alemã, que se viam arruinados pela concorrência das grandes empresas. Além disso, houve emigração de proletários alemães que ficaram desempregados por crises econômicas, além de “camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola” (SINGER, 1977, p. 87).

Em 2 de setembro de 1850, há como marco histórico a chegada de dezessete colonos alemães a Blumenau, que ocuparam lotes demarcados ao longo dos rios e ribeirões. Antes deles, Blumenau era habitada por indígenas Kaigangs, Xoklengs e Botocudos<sup>6</sup>.

A busca desses imigrantes era por países do “Novo Mundo”, abundantes em recursos naturais. O fluxo de imigração era feito por companhias de transporte marítimo, recrutadores de imigrantes e companhias de colonização estatais e privadas. O governo imperial no Brasil financiava as viagens. Os imigrantes recebiam terras devolutas, que podiam ser pagas em dinheiro ou serviços prestados ao governo, como abertura de estradas de terra, construções de pontes etc. (SINGER, 1977; GOULARTI FILHO, 2007).

A cidade de Blumenau nasceu de um empreendimento colonial comandado pelo químico e filósofo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau<sup>7</sup>, que montou o sistema desta colonização. A ocupação de Blumenau tornou-se um dos raros casos

---

antes, como em São Pedro de Alcântara, onde o imperador dom Pedro I havia doado terras para colonos e esses depois tiveram que comprá-las de particulares, supostos “possuidores legais” (SILVA, 2008).

<sup>6</sup> Ver:

<http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxpp001.aspx?1,1,315,O,P,0,MNU;E;3;2;MNU>.

<sup>7</sup> Adota-se neste artigo Dr. Blumenau como forma de se referir ao colonizador, tal qual ocorre na historiografia de Blumenau. Também é esta uma forma de diferenciar referências sobre ele e sobre a cidade de mesmo nome.

brasileiros e catarinenses de uma colonização privada, conduzida por um colonizador alemão, e marcada pelo estabelecimento de minifúndios<sup>8</sup>.

Aos 31 anos, Dr. Blumenau soube do projeto do governo imperial brasileiro de ocupação de terras devolutas quando veio à América do Sul em missão de uma empresa colonizadora da Alemanha. Na ocasião, conheceu Santa Catarina e associou-se a Ferdinand Hackradt, que já estava há algum tempo em Santa Catarina (mas logo desistiria da sociedade). Dr. Blumenau fez uma proposta de colonização ao governo imperial e, ao conseguir terras (uma parte dela doada pelo governo e outra parte comprada), iniciou a colonização de Blumenau, em 1850, em uma área que àquela época totalizava 9,5 mil km<sup>2</sup>. Esse local compreendia diversos municípios que hoje estão desmembrados como Indaial, Gaspar, Rio do Sul, Acurra, Apiúna, dentre outros.

A ocupação se deu em Blumenau nos moldes do sistema alemão para conformação do que no futuro seria uma cidade. A característica mais importante guardava relação com a divisão de terras em pequenos lotes alongados, que fez do sistema de povoamento do Vale do Itajaí similar, em parte, ao *Waldhufendorf*<sup>9</sup>. Ele teria sido usado na colonização medieval da Floresta Negra, Odenwald, leste da Mittelgebirge, e em parte das florestas de terras baixas do norte da Alemanha ainda feudal (SEYFERTH, 1974).

Esse sistema foi importante porque ajudou a definir a pequena propriedade como característica da localidade, inclusive diferenciando essa formação socioeconômica da maior parte do território brasileiro, marcado pelo latifúndio privado e monocultor. No Vale do Itajaí, a demarcação foi de uma parcela de 20 a 30 hectares, sendo 2/3 constituídos de terras montanhosas. A localização em zonas montanhosas e ao longo de um vale fez com que a distribuição das terras em lotes alongados a partir do curso do rio garantisse uma certa paridade na distribuição das terras de várzea e permitiu que o proprietário de cada lote tivesse um meio de comunicação, seja pela picada ou pelo curso d'água.

Alguns relatos da época do início da colonização (1850) sugeriram, no entanto, que a intenção do Dr. Blumenau era a criação de um grande latifúndio agrário privado, para o qual traria mão de obra da Alemanha para trabalhar em suas terras por meio de pagamento de salários. Mas ele teria recuado desta opção por conta dos altos

---

<sup>8</sup> Dr. Blumenau manteve a colônia privada de 1850 até 1860, mas dependendo sempre de dinheiro emprestado do Império. Diante de dificuldades financeiras ao longo desses primeiros anos, os problemas na colônia se agravaram e o Império tomou Blumenau para si, tornando esta uma colônia Imperial a partir de 1860. Dr. Blumenau ficou em sua direção até meados de 1880. Ver: Nicoceli (2014).

<sup>9</sup> *Waldhufendorf* significa o sistema que foi usado para a divisão de terras na Alemanha. Em alemão, *Wald* quer dizer floresta, *Hufe* refere-se à propriedade alongada que foi distribuída e *Dorf* significa aldeia (SEYFERTH, 1974).

custos de uma iniciativa deste tipo justamente por se tratar de uma área de floresta densa e difícil de ser desmatada. Então, teria partido para a repartição de terras em pequenos lotes para venda a produtores emigrantes da Alemanha (DEEKE, 1917 [1995]).

Silva (2008) traz também outras explicações para a fragmentação em pequenos lotes. Ela lembra que havia o objetivo de se criar uma demanda por terras no país por parte dos pequenos colonos, de modo que isso causasse aumento dos preços das terras e ela então pudesse de maneira mais apropriada substituir os escravos em hipotecas e operações de crédito das grandes fazendas. Segundo esta autora, o fim do escravismo levava à busca de uma nova garantia para os empréstimos, o que acabou ocorrendo com a terra.

Em complemento a isso, Seyferth (1974) explica a formação da pequena propriedade também como uma imposição do próprio governo imperial. Destaca-se que houve interesse do governo imperial em povoar uma área de florestas com pequenos proprietários agricultores. Sendo o café do Sudeste uma das principais fontes de divisas para o país em meados do século XIX, argumentava-se no Senado que pequenas propriedades, policultoras ou não, encravadas nas áreas cafeeiras seriam extremamente prejudiciais, então este tipo de povoamento tinha que ser em outro local, como a área do Brasil meridional, que compreende a região Sul do país. Também havia uma razão estratégica para que o governo imperial destinasse essas áreas à colonização de imigrantes: era preciso abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto do país. Tanto foi assim que as primeiras colônias foram estabelecidas em pontos estratégicos entre o planalto e o litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a fim de garantir de alguma forma as vias de penetração. “Em Santa Catarina, principalmente, não havia comunicação entre a capital Desterro e o planalto e foi com esta finalidade que se deu estímulo à colonização alemã no Vale do Itajaí” (SEYFERTH, 1974, p. 31).

Uma repartição de terras em pequenas unidades produtoras é relevante porque ajuda – embora não seja o único fator - na compreensão de uma realidade regional, uma vez que pelo perfil da concentração da propriedade são estabelecidas a renda e a demanda, com impactos sobre a formação socioeconômica do local. Geralmente, quando a propriedade da terra está muito concentrada (bem como o excedente econômico) nas poucas mãos de grandes proprietários de terras, a instalação de indústrias ocorre em plantas de vultosas dimensões, para atender à demanda regional ou multi-regional. Em regiões como o sul do país, em que a propriedade da terra historicamente é mais desconcentrada, ocorre uma “formação industrial radicalmente diferente, calcada na pequena e média indústria” (CANO, 1985, p. 65).

O interesse pela América crescia entre os alemães a partir de anúncios nos jornais da Alemanha sobre a fartura de terras sem dono no “Novo Mundo”. Dr. Blumenau chegou a fazer um manuscrito com informações sobre como emigrar e quais os benefícios de emigrar para tal área com o objetivo de atrair candidatos na Alemanha.

Relatos da organização da colônia (BLUMENAU, 1855 [2002]) indicam que além da preferência pela emigração de famílias alemãs, Dr. Blumenau, por exemplo, incentivava a vinda de pessoas que tinham algum capital e/ou algum ofício. Ele limitava a emigração de pessoas cujas funções não precisava naquele momento na colônia, descrevendo como, por exemplo, a não importância de homens cultos, mas de homens com braços para trabalhar na lavoura. Determinados ofícios só eram bem-vindos se, de fato, tais colonos chegassem com capital para comprar terras: “farmacêuticos, ajudantes de comércio, impressores, encadernadores, latoeiros, cesteiros e demais profissões não encontrarão serviço na colônia se não tiverem os meios para adquirir uma propriedade a fim de lavrá-la” (BLUMENAU, 1855 [2002], p. 33).

Dr. Blumenau tentava incentivar uma vinda de pessoas “mais qualificadas” no seu ponto de vista, mostrando as benesses dessas novas terras como um atrativo. Dentre essas, cita uma certa facilidade de se conseguir a própria terra. Dizia que o imigrante, ao trabalhar de diarista (para terceiros), poderia em dois anos ou três anos comprar sua própria terra. Caso chegasse com recursos, poderia vender e comprar terras onde quisesse. Havia pagamento de salários na colônia e o preço da terra era relativamente baixo (BLUMENAU, 1855 [2002]). Além disso, Dr. Blumenau fazia certa propaganda de que no Brasil seriam introduzidos língua, cultura e costumes alemães, como de fato foi feito em Blumenau e região a partir de 1862, com as primeiras escolas (SIMÃO, 2000).

Para as famílias que gostariam de emigrar e até jovens casais, Dr. Blumenau tinha regras mais frouxas do que para solteiros. Às famílias, ele concedia crédito e cedia um pedaço de terra por um período de três anos, como forma de apoio e de demonstração de sua preferência por este tipo de imigrante. Até porque, na colônia, as mulheres eram em menor número do que os homens – praticamente uma mulher para 10 homens – e o solteiro, quando imigrava, já se sabia que ficaria fragilizado pela situação e não aguentaria permanecer muito tempo na colônia, diferentemente do que ocorria com as famílias já formadas que emigravam. Para Dr. Blumenau, os solteiros tinham que provar um capital maior, não só para compra da terra, mas também uma reserva para contratar trabalhadores e providenciar suas instalações. A imigração de famílias inteiras, como acabou majoritariamente ocorrendo, foi uma característica importante deste local, pois essas famílias formaram, muitas vezes, empresas. E foi a partir primeiramente do emprego da mão de obra dos membros da própria família que surgiram os primeiros grupos.

Aos recém-chegados que dependem de emprego, concedo trabalho em meu próprio empreendimento, principalmente na construção de caminhos ou conduzo-os para pessoas conhecidas e honradas. A remuneração será de acordo com o salário comumente pago, que muda conforme o trabalho e o rendimento: por empreitada, como diarista ou mensalista, com ou sem refeição, sendo que o empregado recebe o que

lhe é de direito e eu não posso determinar além do que é praxe no país (BLUMENAU, 1855 [2002], p. 102).

Sobre as características peculiares dessa colonização, é importante observar as relações sociais que são estabelecidas. Deve-se levar em conta que a corrente imigratória alemã que chega ao Vale do Itajaí acontece em meio ao período em que a escravidão estava presente no Brasil, mas não será o sistema de produção escravagista que irá prevalecer nesta localidade, sendo o salário pago a terceiros ou o emprego dos próprios familiares a forma mais comum de relação de trabalho:

Em 1850, quando começou o povoamento da “Colônia de Blumenau”, os trabalhadores do Brasil tropical eram ainda escravos, com uma produtividade e uma capacidade de consumo muito fracas. A colonização alemã do século XIX aportou uma nova concepção de trabalho: cada agricultor é proprietário de 25 hectares e não pode contar senão com o seu próprio trabalho e o de sua família (MAMIGONIAN, 1965, p. 69).

Os imigrantes eram provenientes, principalmente, da Pomerania, do Mecklemburgo e do Schleswig-Holstein (MAMIGONIAN, 1965). Após estes, vieram italianos e poloneses.

A maioria da população, não só de Blumenau, mas de todo o estado de Santa Catarina será constituída de “brancos puros”, com a mestiçagem passando para o segundo plano, principalmente porque a imigração era de famílias inteiras. Esse núcleo branco no sul do país em geral era proporcionalmente maior do que o de qualquer outro ponto da colônia (Brasil) já no século XVIII (PRADO JR., 1942 [2002]).

Ao se estabelecerem em tais localidades como Blumenau, ficaram, por algum tempo, em áreas relativamente isoladas, gozando de certa autonomia, com um comércio em pequena escala não especializado, dominado por alguns comerciantes que eram proprietários de pequenas lojas.

O relativo isolamento inicial aumentou o poder daqueles que detinham o capital local. Em boa medida, pode-se dizer que o isolamento, por exemplo, permitiu a criação de um núcleo colonial etnicamente homogêneo. E isso evitou grandes conflitos internos à colônia que comprometessem a aceleração da acumulação de capital durante alguns anos<sup>10</sup>. Somente após 1870 pode-se afirmar que começa

---

<sup>10</sup> Isso não quer dizer que todos os conflitos tenham sido evitados. Após a colônia tornar-se pública, a relação entre colonos e Dr. Blumenau apresentou alguns conflitos expressos, algumas vezes, em carta de colonos ao governo imperial. Entre as queixas sobre a administração da colônia feita por Dr. Blumenau estavam: a grande distância entre as terras dos colonos e as escolas; a má distribuição dos trabalhos em obras públicas entre os colonos; os problemas com distribuição

alguma miscigenação com os alemães pioneiros a partir da imigração de italianos para Blumenau e Brusque, mas que não chegou a alterar fundamentalmente o sistema colonial vigente (SEYFERTH, 1974).

Os investimentos do Dr. Blumenau, feitos neste início de ocupação, e mesmo o auxílio alemão em diferentes esferas não foram, contudo, suficientes para o desenvolvimento mais acentuado da colônia. Dr. Blumenau chegou a conseguir alguns adiantamentos com o governo imperial, mas veio uma crise já em 1858, o que tornou difícil para a colônia, portanto, recuperar rapidamente o capital investido, porque até então não estava ligada a outros locais. Blumenau ainda não havia, neste período, se inserido em uma divisão internacional do trabalho, o que vai ocorrer com a industrialização mais consolidada após a Segunda Guerra Mundial, depois de crescentes exportações (VIDOR Apud THEIS, 2000).

Com dificuldades financeiras, a colônia torna-se pública, havendo a partir deste momento um desenvolvimento mais acelerado<sup>11</sup> da sua infraestrutura. Dr. Blumenau fica na direção da colônia até ela ser transformada em município, em 1880. Poucos anos depois ele decide voltar para a Alemanha (SIMÃO, 2000).

### **De 1850 a 1880: o início do processo de acumulação em Blumenau**

De 1850 até 1880, o padrão de crescimento de Blumenau foi baseado em atividades tradicionais da agricultura, sendo importante também a atuação das primeiras casas comerciais na localidade para dar vazão aos primeiros fluxos dessas mercadorias. De acordo com Mamigonian (1965), a economia de Blumenau nesta época era predominantemente constituída por engenhos de arroz, de açúcar, mandioca, cervejarias e olarias. Havia alguma ligação de Blumenau com o sudeste do país, com fornecimento de madeira ao Rio de Janeiro, e também começavam as primeiras ligações com as cidades vizinhas que iam se formando por fluxos migratórios de alemães.

Como a posse de recursos prévios era um diferencial para o colono que aportava no Vale do Itajaí, em geral os imigrantes que conseguiam criar uma venda (casa

---

gratuita de medicamentos que deveria ser feita pela direção; além do estado precário das comunicações do núcleo colonial (estradas e transporte fluvial) que prejudicava a venda de produtos agrícolas para fora da colônia (NICOCELI, 2014).

<sup>11</sup> Nos anos 1860, foram feitos caminhos para passagens de carroças, foram construídas escolas públicas e privadas que davam aulas em alemão e já era possível observar migração de brasileiros para Blumenau. De acordo com Singer (1977), em 1869, a população chegava a cerca de 6 mil pessoas, o que criava um mercado interno de consumo e a ampliação da divisão social do trabalho.

comercial) tinham alguns recursos de poupança já proveniente da Alemanha ou haviam conseguido se estabelecer em Blumenau com uma atividade que havia gerado um bom excedente econômico rapidamente (serrarias, engenhos etc.). As casas comerciais mantinham uma relação constante com a Alemanha e também eram importantes para realização da comunicação do local com outras áreas da própria região do Vale do Itajaí, para onde mandavam o excedente da colônia. Basicamente, o colono depositava na venda sua produção excedente e a trocava por outro produto ou recebia recursos monetários por isso. Ao longo dos anos, a venda passou também a desempenhar a função de banco, com os colonos depositando um valor na venda apenas para que este fosse guardado em segurança e não em suas casas, que poderiam sofrer saques. A partir da relação entre o colono produtor de alimentos e o vendeiro, que fazia a comercialização dessa produção e atuaria como banco, criou-se, portanto, o “sistema colônia-venda”. É neste momento que se desenvolve mais amplamente o capital mercantil no Vale do Itajaí (MAMIGONIAN, 1965).

Os comerciantes, geralmente alemães de nascimento, não ficavam restritos a Blumenau. Possuíam barcos para ir até Itajaí, o porto marítimo mais próximo, e também tomavam outras iniciativas, como a produção de eletricidade. Eles dominavam o transporte local, salvo raras exceções. Como a colônia estava isolada, o colono dependia desse transporte para comercializar o seu excedente em outras praças. O deslocamento para o porto de Itajaí levava de uma semana a 15 dias, período longo para o afastamento do colono de suas atividades na lavoura, fora a necessidade de ter bons animais de carga e viajar por uma “picada” em péssimas condições (MAMIGONIAN, 1965).

Seyferth (1974) observou que na relação colono-venda havia um sistema claramente desvantajoso para os colonos, uma vez que os vendeiros controlavam mais do que a infraestrutura nascente, também (e fundamentalmente) controlavam os preços da localidade:

[...] havia uma grande disparidade entre o preço das mercadorias que ele [o vendeiro] vendia aos colonos e o preço das mercadorias que adquiria dos colonos: o aumento desses últimos nunca era proporcional ao aumento dos primeiros. Os colonos não tinham ideia dos preços vigentes fora da colônia, nem mesmo em Itajaí. Ficavam, portanto, sujeitos às oscilações dos preços conforme eram determinados pelos vendeiros (SEYFERTH, 1974, p. 108).

Quando se analisa a venda também enquanto banco, há dupla desvantagem ao produtor agrícola, porque este pagava para que seus recursos ficassem depositados na venda e, quando necessitava de crédito, era obrigado a pagar juros altos (SEYFERTH, 1974; HERING, 1987).

Os vendeiros poderiam ser, enfim, considerados os “reguladores” da economia local ou os “donos do poder local”. Eram também eles que traziam a “civilização”,

com as novidades que buscavam fora da colônia Blumenau (BUGGENHAGEN Apud HERING, 1987).

Apesar da importância da produção agrícola, Hering (1987) considerou tão relevantes os comerciantes que afirmou que foram eles, em grande medida, os responsáveis pelo desenvolvimento local naquele momento. Ainda que muitos não gozassem de bom conceito devido ao caráter exploratório de sua atividade, não se pode negar sua importância no desenvolvimento da economia colonial, mesmo que isso não lhes renda exclusividade neste processo:

[os vendedores] eram os responsáveis pela articulação das unidades produtoras isoladas no conjunto do sistema colonial. Cobia-lhes dar orientação aos colonos na sua plantação individual, a fim de fazê-los compreender seu papel no conjunto da atividade econômica. E cobia-lhes, também, prover a colônia com bens, pois ninguém melhor que os vendedores conhecia suas necessidades (BUGGENHAGEN Apud HERING, 1987, p. 47).

Havia uma superioridade “natural” do vendedor porque toda a vida material, social e política decorria das relações entre colonos e vendedores. Apesar da importância do capital comercial/mercantil em Blumenau neste início da colônia, não é possível considerar como regra que a formação industrial local, que ocorrerá a partir de 1880, tenha se dado exclusivamente por meio deste capital. Há, na realidade, diversas origens para o capital industrial, que impulsionará a acumulação nesta área, que vai desde o capital comercial, que se consolida por meio do sistema “colônia-venda”, até o capital artesanal, que se desenvolve para um capital industrial, com ajuda de recursos das mais variadas fontes. Além disso, há recursos de poupanças acumuladas na Alemanha como base para a criação de algumas empresas e colonos prósperos que investirão seu capital no setor industrial (JURGENFELD, 2012).

Pode-se melhor entender a formação industrial do Vale do Itajaí, de maneira a agrupar a discussão sobre a origem do capital inicial, a partir da ideia de formação da pequena produção mercantil (MAMIGONIAN, 1986; HERING, 1987; SILVA, 2006).

A principal característica desta pequena produção mercantil, que dará especificidades à formação industrial, será: “o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho a partir da origem europeia já em processo de industrialização” (MAMIGONIAN, 1986, p. 104). A pequena produção mercantil, portanto, seria a gênese do capital industrial em Blumenau a partir de 1880.

## De 1880 a 1945: desenvolvimento do processo de acumulação com o avanço do capital industrial

Dois fatores principais podem ser citados como condicionantes do surgimento do capital industrial na região de Blumenau: 1) a existência de excedente agrícola, que proporcionou a base da acumulação de capital local, principalmente, pelos vendeiros, a partir do “sistema colônia-venda”; e 2) o mercado consumidor dado, inicialmente, pelos próprios colonos, e uma agricultura capaz de abastecer a mão de obra operária com alimentos, e ao mesmo tempo incapaz de prover ao dono da pequena propriedade e sua família o completo sustento (MAMIGONIAN, 1965). Portanto, os membros da família do colono teriam que buscar ocupação fora da terra, o que favoreceria a criação de mão de obra para ser empregada na indústria nascente.

As características naturais da agricultura local, como o fato de ser realizada em área montanhosa e/ou à beira de um grande rio, por si só já prejudicariam um grande desenvolvimento da agricultura de Blumenau. Por um lado, havia uma dificuldade natural do plantio em áreas de montanhas. Por outro, quando esta se concentrava no leito do rio Itajaí-Açu, que corta todo o Vale, corria o risco de enchentes, que ao longo da história desta formação socioeconômica foram recorrentes. Com o tempo, também haverá uma certa fraqueza agrícola local, a qual era adicionado o de fato de serem propriedades policultoras, cujo solo sofria com a alta rotação de culturas, e ainda a questão de ser uma pequena propriedade, que ficava menor quando existia repartição da herança na morte do patriarca. Isto é, essa propriedade ficava cada vez menor para um número maior de pessoas que dela dependiam (MAMIGONIAN, 1965).

A fraqueza econômica da pequena propriedade agrícola em geral foi, portanto, uma das responsáveis por fornecer ao desenvolvimento das indústrias o elemento necessário que representou a mão de obra não qualificada<sup>12</sup>, além da existência de um mercado consumidor por conta do pagamento de salários (MAMIGONIAN, 1965).

Ainda, de acordo com Mamigonian (1965), com o desenvolvimento do comércio e o monopólio exercido pelos comerciantes imigrantes em sua grande maioria, a depauperação de vários colonos aumentara e a ida para a indústria tornou-se um caminho natural, ainda que o salário pago não fosse suficiente para que o colono e sua família, em muitos casos, abandonassem de forma definitiva a plantação que lhes fornecia alimentos. Muitos mantiveram as pequenas propriedades em paralelo ao novo trabalho como operários (colonos-operários). Com a sedimentação da

---

<sup>12</sup> Constituía a mão de obra não qualificada justamente o excedente da população proveniente do campo, que não conseguia o seu sustento pela fraqueza da pequena propriedade agrícola, após anos de rotação de culturas, que degradaram seu solo.

agricultura, mesmo que muitas das propriedades formassem uma base frágil para acumulação, a consolidação do capital comercial e o surgimento das primeiras indústrias, a estratificação socioeconômica de Blumenau tornou-se mais complexa.

Assim como destacado por Mamigonian (1965) e Singer (1977), e reforçado por Vidor (1995), fica claro que dentro de um período curto a hierarquia proveniente da divisão social do trabalho estava implantada pela oposição cidade/campo. E, obviamente, isso ganharia outros contornos com o passar dos anos. Afinal, não será só a dicotomia cidade-campo que existirá. Muitas outras dicotomias aparecerão com o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, como urbano-urbano; gerentes-operários etc.

O processo de acumulação em Blumenau ganhará força a partir das primeiras indústrias, que surgiram apenas 30 anos após o início da colonização. Dentre as empresas pioneiras estarão uma malharia - a Hering -, criada em 1880, e duas tecelagens de algodão - a Karsten, em 1882, e a Indústria Garcia, em 1885. Eram empresas modestas, que não utilizavam eletricidade (esta sequer havia chegado à região), importavam da Alemanha máquinas usadas, como teares, e o principal insumo, fios de algodão, e vendiam inicialmente os tecidos fabricados em Blumenau e vizinhanças.

As empresas não ficarão concentradas no centro da cidade ou numa única área específica; estarão dispersas pelos mais variados bairros. Além disso, a dispersão espacial mostra que não houve necessidade de ficar tão perto do principal canal de comunicação dado pela Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligava as cidades do Vale do Itajaí. Elas se instalaram, prioritariamente, nas áreas rurais e semi-rurais. Em parte, porque era necessário estarem próximas da mão de obra excedente do campo, em especial, a mão de obra feminina, utilizada na etapa de costura. Além disso, também havia a importância de quedas d'água para criação de energia e a necessidade de distância do leito do rio, onde havia maior possibilidade de as empresas serem afetadas por enchentes recorrentes.

Nesta primeira etapa, houve instalação também de artesanatos agrícolas como pequenos moinhos, alambiques, cervejarias etc. Alguns anos depois, estes ascenderam para a condição de indústrias, alguns desapareceram e outros ainda permaneceram como artesanatos. Blumenau passou a ter empresas têxteis (Hering, Teka e Karsten), de alimentos (Hemmer), metal-mecânico (Electro-aço Altona) e usina de beneficiamento de tabaco (Souza Cruz) etc. A localidade exibia certa diversidade industrial, ainda que houvesse uma predominância maior do setor de bens de consumo não duráveis, como alimentos, e semiduráveis, como têxteis (MAMIGONIAN, 1965).

Os primeiros imigrantes que fundaram empresas do ramo têxtil saíram da Alemanha no fim do século XIX. Mas, inicialmente, mesmo que uma parte já tivesse experiência industrial e estudo, eles não se estabeleceram no setor industrial, mas sim iniciaram atividades comerciais, como a criação de uma venda. Hermann

Hering, um dos fundadores da Cia. Hering, por exemplo, emigrou em 1878 para Blumenau e tinha experiência empresarial prévia na Alemanha, mas abriu em Blumenau primeiramente uma casa comercial. Somente dois anos depois criaria a empresa têxtil Hering.

Possuía até 1878 uma casa comercial atacadista e varejista “Gebrüder Hering”, em Hartha, na Saxônia. Seu pai possuía uma tecelagem e todos os seus ascendentes, desde o século XVIII pelo menos, eram tecelões: ele mesmo havia passado num exame de mestre em fabricação de meias. Mas a crise vienense de 1875 afetou profundamente os pequenos e médios comerciantes e a “Gebrüder Hering” foi bastante atingida. Convencido por um alemão de Blumenau que passava por Hartha, ele partiu para Blumenau (1878), dando origem [posteriormente] à maior malharia do Brasil (MAMIGONIAN, 1965, p. 70).

Hermann Hering teve como primeiro investimento no ramo industrial a compra de apenas um tear circular e um caixote de fios. Ele havia deixado a família na Alemanha, mas escreveu uma carta à sua esposa Minna e pediu a ela que encaminhasse ao Brasil em 1880 os filhos mais velhos, Paul e Elise, juntamente com o seu irmão Bruno, para que assim formassem a mão de obra da empresa. Toda a família chegaria em 1880, inclusive a esposa<sup>13</sup>.

De 1880 até 1890 a Hering fornecia seus produtos para Blumenau e sua zona rural. Depois, passou a fornecer para todo o Vale do Itajaí e pouco a pouco a todo o estado de Santa Catarina. Em 1910, ela iniciaria vendas ao Rio Grande do Sul e a São Paulo, e em 1913-1914 também começaria a fornecer para o Rio de Janeiro. A Primeira Guerra Mundial favorecia esse contexto porque ela impunha a necessidade de substituir a produção antes importada pela produção nacional, assim como posteriormente houve o mesmo tipo de impulso pela Segunda Guerra Mundial.

Para Singer (1977), a formação da indústria de Blumenau pode ser entendida a partir de dois processos: 1) inserção crescente da economia de Blumenau no mercado nacional, a partir do fornecimento para Rio de Janeiro e São Paulo, adentrando uma divisão do trabalho inter-regional; e 2) divisão do trabalho entre campo e cidade, que ocorre em Blumenau mesmo, formando um mercado consumidor local para sua indústria, sendo este processo inicialmente mais importante do que o anterior<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Ver: <http://www.ciahering.com.br/site/pt-br/Empresa/Sobre+a+Cia+Hering>.

<sup>14</sup> Nota-se que este segundo ponto já havia sido identificado por Mamigonian (1965).

Singer (1977) acrescenta ainda como elementos que ajudaram a indústria de Blumenau a se desenvolver, principalmente a partir dos anos 1940<sup>15</sup>, o fato, por exemplo, de ser um setor que não concorria diretamente com a produção do Rio de Janeiro ou São Paulo e por serem tais empresas inovativas. “As tecelagens de Blumenau não se dedicam à produção de panos de algodão comuns, mas fabricam guarnições de cama, mesa e banho (felpudos), de alta qualidade, gases medicinais etc”. (SINGER, 1977, p. 130). Além disso, este mesmo autor destaca que a indústria regional abriu mercados no resto do país com uma estrutura monopolística ou oligopolística, de forma que ganhava espaço com o tempo pelo prestígio da marca ou pela sua procedência, tida como área de produção com alta qualidade.

De acordo com Mamigonian (1965), outras questões ajudaram a consolidar o processo industrial de Blumenau posteriormente, como a chegada da eletricidade em 1909, o fato de algumas empresas têxteis conseguirem adquirir na Alemanha pequenas fiações e, em um contexto global, as guerras, tanto a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, que facilitou a entrada de imigrantes com experiência industrial e comercial, quanto a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, que incentivaria ainda mais a substituição de importações e a vinda de novos imigrantes alemães.

As guerras mundiais resultaram, principalmente, na chegada de um maior volume de imigrantes alemães qualificados em Blumenau. “Desde 1945, a expansão de Blumenau se processa segundo um fenômeno de bola de neve, a atração industrial da cidade aumenta sempre: verifica-se uma tendência à independência técnica e novas indústrias se instalam” (MAMIGONIAN, 1965, p.69). Tanto é assim que após 1945 é possível observar novos setores industriais em Blumenau, como cristais, porcelanas e balões de borracha.

É importante entender a importância da Alemanha para esse desenvolvimento industrial, porque no seu movimento de expulsão de trabalhadores e camponeses foi uma força propulsora da ocupação de Blumenau. Além disso, com o contato cultural, a Alemanha teve também papel no fornecimento de matérias-primas semielaboradas, como os fios de algodão, bem como também na venda de máquinas para a indústria nascente, como foi o caso dos teares. Além disso, os imigrantes alemães qualificados trouxeram a Blumenau conhecimento técnico. E era comum também filhos de industriais que estavam instalados em Blumenau serem enviados à Alemanha para aprofundar estudos técnicos no setor em que se especializavam. Outro destaque era proveniente do banco alemão Deutsche Bank, que juntamente

---

<sup>15</sup> O censo de 1920 mostrava que a população que trabalhava no campo respondia por 82% do emprego da população economicamente ativa, enquanto a indústria contava com 5%. Em 1940, haveria já uma inversão: a população ativa agrícola cairia quase à metade e representaria um quinto da população economicamente ativa, enquanto a indústria representaria 40%. Dez anos depois, esse indicador da indústria atingirá 87% (SINGER, 1977).

com outras empresas, financiou a construção da estrada de ferro regional e outras obras de infraestrutura. A primeira usina hidrelétrica chamada Salto foi construída em 1915 e contava com duas turbinas e dois geradores importados da Alemanha.

## **Considerações finais**

Para entender a formação econômica e social de Blumenau é preciso recorrer ao que se passava na Europa, mais especificamente na Alemanha, no momento de colonização desta parte do território catarinense, e às transformações no Brasil, de modo a se construir os determinantes daquele local dadas as inter-relações globais, nacionais com os aspectos regionais. Somente um olhar sobre a economia regional nas suas inter-relações com o nacional e o global permitirá, de fato, entendê-la.

As transformações na Alemanha no fim do século XIX foram representativas das mudanças do capitalismo, que passaria da fase concorrencial para a monopolística. Basicamente, no fim do século XIX, haveria um certo esgotamento das possibilidades sociais e econômicas na Alemanha. Diversos fatores impulsionaram a emigração, entre eles o papel da grande corporação do último quartel do século XIX, que “espremia” artesãos e pequenas empresas, e as grandes guerras mundiais, que criariam um movimento de expulsão de pessoas da Alemanha pelo conflito em si. Além disso, havia dificuldades econômicas e sociais no campo europeu enquanto o “Novo Mundo” apresentava-se como um espaço de vastas oportunidades de terras para o cultivo. Tratou-se de um período de busca de terras na América em geral como fuga do contexto político e econômico conturbado da Europa.

Além das mudanças no contexto alemão, no Brasil, em 1850, a Lei de Terras, a proibição do tráfico negreiro e a Abolição da Escravatura foram elementos importantes para a chegada de mão de obra da Europa. Havia a necessidade de o Império povoar o Brasil. Assim, o colonizador alemão Dr. Blumenau conseguiu realizar uma colonização inicialmente privada, que angariou europeus na Alemanha para povoar áreas em região de vale, de mata densa, antes habitada apenas por indígenas.

Em Blumenau, se reproduzirão as relações capitalistas. Os imigrantes da Alemanha realizarão uma divisão social do trabalho no novo espaço que passa a ser representado por Blumenau. Os detentores de conhecimento técnico prévio da Alemanha e algum capital trazido do exterior tentarão reproduzir suas antigas condições nessa nova sociedade que começa a se formar. Entre 1850 e 1880, alguns destes serão os primeiros comerciantes locais, que depois darão, em parte, início ao processo industrial. Aqueles que vieram sem recursos e sabendo poucos ofícios, venderão sua força de trabalho para terceiros, mesmo que sejam detentores de um pequeno lote de terra para produção agrícola, muitas vezes usada apenas para a subsistência. Nesse sentido, a divisão de classes aos poucos será reflexo de uma

realidade do mesmo capitalismo histórico, agora desdobrado em um novo território na periferia do sistema.

Esse “Novo Mundo” reproduzirá assim o poder de uns sobre outros, uma vez que o capitalismo em todo e qualquer lugar depende de mão de obra barata e em abundância para se firmar como modo de produção, já que ela é alicerce da desigualdade permanente que, não por acaso, permeia este tipo de sistema. Desta forma, o surgimento das primeiras indústrias e o seu desenvolvimento, a maioria do setor têxtil e de alimentos, em grande medida, terão como alicerce a existência de pessoas no campo sem emprego, disponíveis para o trabalho no setor industrial, dada a fraqueza do solo da pequena propriedade rural para prover o sustento dos colonos, após anos de rotação de culturas.

A dinâmica econômica com o assalariamento desde o início da colônia Blumenau e mais detidamente após a produção industrial permitirá a existência de um mercado consumidor para os produtos produzidos pela indústria nascente. A indústria será, sobretudo, responsável por acentuar a divisão técnica e social do trabalho, uma vez que ela representará a unidade de produção tipicamente capitalista agora instalada em Blumenau.

Além da questão da mão de obra desocupada no campo e do assalariamento, ajudou o setor industrial a existência de uma produção agrícola excedente de alguns colonos mais prósperos, capazes de abastecer aqueles que passariam a trabalhar para o setor industrial.

Houve diversas origens para o capital industrial em Blumenau, desde o capital comercial, que se consolidaria por meio do sistema “colônia-venda”, até o capital artesanal, que se desenvolveu para um capital industrial, de modo que se entende como a origem do capital industrial a formação da pequena produção mercantil.

Como mostrado, a formação econômica e social de Blumenau e seu crescimento industrial relativamente precoce não se deveu apenas aos empresários inovadores locais, ainda que seu conhecimento técnico tenha tido um papel importante. Nem tampouco podem ser restringidas as suas transformações ao longo da história a algo meramente endógeno. Tem-se, na verdade, uma conjunção de fatores globais, nacionais e locais que unidos caracterizaram aquela formação social e econômica.

Neste sentido, é preciso sempre atentar para os movimentos gerais e para as especificidades, tendo como universalizante apenas o movimento de valorização do capital, este sim elemento comum a qualquer realidade neste momento histórico. A interpretação sob múltiplas escalas permite observar as relações existentes entre o local e o global, e evita que seja dado peso excessivo ao local, algo muito comum em análises neoclássicas, que limitam a compreensão da realidade regional.

As especificidades de Blumenau – uma colonização via empresa colonial privada inicialmente; com modo de produção capitalista predominante desde o seu surgimento; com relações de trabalho assalariado; formação e desenvolvimento

rápido de empresas têxteis, com alguns processos inovativos e apropriação da mão de obra local de trabalhadores rurais – só podem ser entendidas quando relacionadas com as demais escalas de análise aqui discutidas.

## Referências

BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BLUMENAU, H. (1855). **A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no sul do Brasil**. Relatório até junho de 1855 e convocação para adesão. Observações gerais sobre a colonização teuto-brasileira, descrição do Vale do Itajaí e um mapa da região. Editora Cultura em Movimento. Blumenau: Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**. Campinas (SP): Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. **Prefácio**. In: BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

DEEKE, J. (1917) **O município de Blumenau e a história do seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra Editoração e Impressão, 1995.

FURTADO, C. **Uma economia dependente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

HENDERSON, W. O. **The rise of German industrial power 1834-1914**. London: Temple Smith, 1975.

HERING, M.L.R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora Furb, 1987.

HILFERDING, R. (1910). **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. (1977) **A Era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSON, J.A. (1908). **A Evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Ed. Abril, 1993.

JURGENFELD, V. F. **Transformações dos grandes grupos têxteis após 1970: a financeirização e os novos espaços de acumulação**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/Unicamp, 2012.

LÊNIN, V. I. (1916) **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1985.

KEMP, T. A. **Revolução Industrial na Europa do Século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985.

MAMIGONIAN, A. **Estudo geográfico das indústrias de Blumenau**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho/setembro de 1965.

\_\_\_\_\_. **Indústria de Santa Catarina**. Atlas de Santa Catarina, Florianópolis: GAPLAN, 1986.

\_\_\_\_\_. **Brusque: Estudo de geografia urbana e econômica**. Álbum do Centenário de Brusque (1860). Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

NICOCELLI, V. **Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)**. Dissertação de Mestrado em História. UFPR, 2014.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

PRADO JR., C. (1942) **Formação do Brasil Contemporâneo**. Biblioteca luso-brasileira, Série Brasileira, Vol. III. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 2002.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Brusque (SC): Editora Movimento, 1974.

SILVA, L. M. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, M. A. O processo de Industrialização no sul do Brasil. **Cadernos Geográficos**. Publicação do Departamento de Geociências – CFH-UFSC. Florianópolis, n. 15, maio de 2006.

SIMÃO, V. M. **Da hegemonia passiva à hegemonia ativa.** In: Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. THEIS, I.M.; MATTEDI, M.; TOMIO, F. (Orgs). Cultura em Movimento. Blumenau: Editora da Furb, 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SMOLKA, M. O. **O espaço do espaço na Teoria Econômica.** Literatura Econômica, 5 (6): 705-728, 1983.

\_\_\_\_\_. **O espaço no paradigma neoclássico: notas críticas.** Estudos Econômicos, 14 (3) p. 767-784, set/dez 1984.

TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia. In: Fiori (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

THEIS, I. M. **Processo de acumulação em Blumenau: uma interpretação crítica.** In: Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. THEIS, I.M.; MATTEDI, M.; TOMIO, F. (Orgs). Cultura em Movimento. Blumenau: Editora da Furb, 2000.

VIDOR, V. **Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina.** Blumenau: Editora da Furb, 1995.



*Vanessa Follmann Jurgensfeld*

Endereço para correspondência:

*Vanessa Follmann Jurgensfeld* – [vfollmann@hotmail.com](mailto:vfollmann@hotmail.com)

Rua Cruzeiro, 01 - Jardim São Paulo  
39803370 Teófilo Otoni/MG, Brasil

Telefone: (38) 35321200